



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 49/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11762/2015.

Apenso: Processos nºs 11763/2015 e 11059/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Srs. Antônio Peixoto de Oliveira (01/01 a 18/10 e 17/11 a 30/11) e Donmarques Anveres de Mendonça (19/10 a 16/11 e 01/12 a 31/12), Prefeitos Municipais de Itacoatiara, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 01/2014 (fls. 3146/3160).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1035/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 3163/3174).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2009.

Emissão de Parecer Prévio. Desaprovação das Contas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

Emitir Parecer Prévio, nos termos do art. 219, incisos I e II da Resolução nº 04/2002, o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96, bem como o art. 31, §2º da Constituição Federal, recomendando à Prefeitura Municipal de Itacoatiara a **desaprovação das Contas do Município**, exercício de 2009, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 49/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE nº 11762/2015.

Apenso: Processos nºs 11763/2015 e 11059/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itacoatiara.

4- Exercício: 2009.

5- Responsável: Srs. Antônio Peixoto de Oliveira (01/01 a 18/10 e 17/11 a 30/11) e Donmarques Anveres de Mendonça (19/10 a 16/11 e 01/12 a 31/12), Prefeitos Municipal de Itacoatiara, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 01/2014 (fls. 3146/3160).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1035/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 3163/3174).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Ementa: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Itacoatiara. Exercício de 2009.

Contas Irregulares. Multas ao Senhor Antônio Peixoto de Oliveira e ao Donmarques Anveres de Mendonça. Alcance. Prazo. Autorização de Cobrança Executiva. Determinação a Prefeitura de Itacoatiara.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- Julgue Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, durante o período de 01/01/2009 a 18/10/2009 e de 17/11/2009 a 30/11/2009, referente à Gestão em que o Senhor **Antônio Peixoto de Oliveira** figurou como Gestor, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.2- Aplique multa ao Senhor Antônio Peixoto de Oliveira, Gestor da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, durante o período de 01/01/2009 a 18/10/2009 e de 17/11/2009 a 30/11/2009, no **valor de R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes impropriedades:

9.2.1- Violação ao artigo 212 da CF/88 e do artigo 19 e 20 da Lei Complementar n. 101/2000, uma vez que a despesa relativa ao pagamento de pessoal



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

esteve na ordem de 60,86%, estando acima do limite máximo de 60% estabelecido, bem como, pela aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde fora do percentual mínimo de 15% das receitas previstas nos artigos 158 e 159 da CF/88, uma vez que houve apenas a aplicação do percentual de 9,97%, violando o inciso III, alínea “b”, do artigo 77, do ADCT da CF/88;

9.2.2- Violação ao disposto na Constituição da República no art. 164, § 3º, em virtude da permanência em caixa no final do exercício de R\$ 6.308.094,33 quando deveria ter depositado o montante mencionado acima em instituição financeira oficial;

9.2.3- Violação ao Princípio Contábil da Oportunidade uma vez que o saldo atualizado do razão e os ajustes de débitos/créditos de movimentos não estão contemplados no extrato bancário;

9.2.4- Divergência no valor de R\$ 1.204,00 (um mil, duzentos e quatro reais) na rubrica 1.7.2.1.35 – Transf. de Recursos do Fund. Nac. Des. Educação – FNDE entre os valores lançados no Anexo 10 da Prestação de Contas e os registrados no site www.fnde.gov.br;

9.2.5- Violação ao disposto no artigo 24, IV e art. 23, § 5º, da Lei n. 8.666/93, em vista da ausência do Decreto Emergencial e da existência do ato de fragmentação de despesas;

9.2.6- Violação aos artigos 58 a 62 da Lei n. 4.320/64 e dos ditames da Lei n. 8.666/93, em virtude da ausência de documentação relativa à comprovação da Receita, aos processos licitatórios, contratos e/ou cartas-contratos, extratos bancários e folhas de pagamento; e,

9.2.7- Pelas irregularidades graves sem a apresentação de justificativas e/ou justificativas plausíveis, fartamente delineadas no Item I.II, relativas ao Termo de Contrato n. 70/2009, ao Termo de Contrato n. 68/2009, aos Empenhos Nº’S 3671, 4434, 3579, 3689, 195, 1257, 4817, 197, 196 e aos Termos de Contratos Nº’S 67/2009, 69/2009, 68/2009, 492/2009, 166-A/2009 E Empenhos Nº’S 3901, 3052, 3900, 3899;

9.3- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, durante o período de 19/10/2009 a 16/11/2009 e de 1/12/2009 a 31/12/2009, referente à Gestão em que o Senhor **Donmarques Anveres de Mendonça** figurou como Gestor, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.4- Aplicar multa ao Donmarques Anveres de Mendonça, Gestor da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, durante o período de 19/10/2009 a 16/11/2009 e de 1/12/2009 a 31/12/2009, no **valor de R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes impropriedades:

9.4.1- Violação ao disposto na Constituição da República no art. 164, § 3º, em virtude da permanência em caixa no final do exercício de R\$ 6.308.094,33 quando deveria ter depositado o montante mencionado acima em instituição financeira oficial;

9.4.2- Violação aos artigos 58 a 62 da Lei n. 4.320/64 e dos ditames da Lei n. 8.666/93, em virtude da ausência de documentação relativa à comprovação da Receita, aos processos licitatórios, contratos e/ou cartas-contratos, extratos bancários e folhas de pagamento; e,



ACÓRDÃO Nº 49/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

9.4.3- Pelas irregularidades graves sem a apresentação de justificativas e/ou justificativas plausíveis, fartamente delineadas no Item I.II, relativas aos Empenhos Nº'S 3671, 4434, 3579, 3689, 195, 1257, 4817, 197, 196;

9.5- Considerar em Alcance o Sr. Antônio Peixoto de Oliveira no montante de R\$ 43.014,05 (Quarenta e três mil, quatorze reais e cinco centavos), nos termos do artigo 304, inciso I c/c inciso III, da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM, referente a diferença de medição na extensão do ramal (diferença de 1,2 km entre a medição realizada in loco (1km) e o quantificado em planilha (2.2 km));

9.6- Considerar em Alcance, de forma subsidiária, o Senhor Antônio Peixoto de Oliveira e o Senhor Donmarques Anveres de Mendonça no montante de R\$ **1.217.585,15** (Um milhão, duzentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos), nos termos do artigo 304, inciso I c/c inciso III, da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM, diante da ausência de registros das obras, antes, durante e após a execução das mesmas, bem como, em vista das despesas não comprovadas dos Empenhos de nº's 3671, 4434, 3579, 3689, 195, 1257, 4817, 197, 196;

9.7- Julgar procedente a Denúncia formulada por meio do Processo n. 11.763/2015 (Processo Originário n. 6074/2011) e a Representação formulada nos autos do Processo n. 11.059/2014, nos termos do art. 285, §4º c/c art. 288, ambos da Resolução n. 04/2002, com a consequente aplicação de **multa ao Senhor Antônio Peixoto de Oliveira, no valor de R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pela destinação de recursos previdenciários para fim diverso, violando o que preceitua a Constituição Federal em seu artigo 167, inciso VIII;

9.8- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.9- Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do Município de Itacoatiara do valor referente ao alcance, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor do alcance deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

9.10- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.11- Determinar ao titular da Prefeitura Municipal de Itacoatiara que:

9.11.1- Encaminhe a esta Corte de Contas todos os atos referentes às admissões de pessoal, aposentadorias e pensões ocorridas durante o exercício controlado;

9.11.2- Adote a devida cautela nas próximas atividades financeiras, a fim de observar o limite máximo de 60% para a despesa relativa ao pagamento de pessoal e o percentual mínimo de 15% das receitas previstas nos artigos 158 e 159 para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 49/2015 -TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2015 -TCE – Tribunal Pleno)

9.11.3- Observe atentamente para as disposições constantes nos artigos 68 e 69 da Lei n. 4.320/64, bem como, no artigo 12 da Lei n. 2423/96;

9.11.4- Observe atentamente todas as disposições constantes na Lei n. 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo, no que tange as justificativas necessárias para a caracterização das dispensas, fragmentação de despesas e superfaturamento.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral